

A pesquisa como experiência compartilhada: reflexões a partir de uma etnografia multilocal

La investigación como experiencia compartida: reflexiones a partir de una etnografía multilocal

Research as a shared experience: reflections from a multilocal ethnography

Larissa Pimenta Coldibeli

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG/Brasil

ORCID: 0000-0001-6679-6409

E-mail: coldibeli.larissa@gmail.com

Fernando Santana de Paiva

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG/Brasil

ORCID: 0000-0002-6030-9777

E-mail: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo propõe reflexões éticas e metodológicas acerca do processo de pesquisa no âmbito da Psicologia Social, a partir do compartilhamento de experiências oriundas de uma investigação realizada junto à mulheres em situação de rua em um município da Zona da Mata Mineira. Para a realização da pesquisa narrada, utilizou-se como estratégia metodológica a observação participante na Casa de Passagem para mulheres, no Fórum da População em situação de rua e no Consultório na Rua, e a etnografia multilocal junto à duas mulheres, em seus diferentes percursos pela cidade. O artigo explora a complexidade do trabalho de campo, evidenciando as relações construídas durante o processo de investigação, as trocas, as exigências e os desafios que se apresentaram no percurso, traduzidos em questões éticas e metodológicas que permearam a vivência e a escrita da pesquisa. Por fim, ressalta a importância destas reflexões para o planejamento e realização de investigações comunitárias no âmbito da Psicologia Social, que se pretendem compartilhadas e potencialmente transformadoras da realidade.

Palavras-chaves: Metodologia de pesquisa; Psicologia social; Ética; Etnografia.

Resumen

Este artículo propone reflexiones éticas y metodológicas sobre el proceso de investigación en el campo de la psicología social, a partir del relato de experiencias de una investigación realizada con mujeres en situación de calle en un municipio de la Zona da Mata Mineira. Para llevar a cabo la investigación descrita, la estrategia metodológica utilizada fue la observación participante en la Casa de Passagem para mujeres, en el Fórum de los Sin Techo y en el Consultório na Rua, y la etnografía multilocal con dos mujeres en sus diferentes trayectos por la ciudad. El artículo explora la complejidad del trabajo de campo, destacando las relaciones construidas durante el proceso de investigación, los intercambios, las exigencias y los desafíos que surgieron a lo largo del camino, traducidos en cuestiones éticas y metodológicas

que impregnaron la experiencia y la redacción de la investigación. Por último, destaca la importancia de estas reflexiones para la planificación y realización de investigaciones comunitarias en el ámbito de la psicología social, que pretenden ser compartidas y potencialmente transformadoras de la realidad.

Palabras clave: Metodología de la investigación; Psicología social; Ética; Etnografía.

Abstract

This article proposes ethical and methodological reflections on the research process in the field of social psychology, based on the experiences of an investigation carried out with homeless women in a municipality in the Zona da Mata region of Minas Gerais. In order to conduct this research, the methodological strategy used was

¹ Os autores declaram que esta contribuição é um recorte da dissertação de um dos autores (<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11998>). No entanto, assegura-se que a obra não foi publicada em outro periódico científico.

participant observation at the *Casa de Passagem* (Halfway House) for women, at the Fórum da População em Situação de Rua (Homeless Population Forum), and at the Consultório na Rua (Office on the street), and multilocal ethnography with two women on their different itineraries through the city. The article explores the complexity of fieldwork, highlighting the relationships built during the research process, the exchanges, the demands and the challenges that emerged

along the way, translated into ethical and methodological issues that permeated the experience and the writing of the research. Finally, it emphasises the importance of these reflections for planning and carrying out community research in the field of social psychology, which is intended to be shared and reality-changing.

Keywords: Research methodology; Social psychology; Ethics; Ethnography.

Introdução

O presente artigo resulta de um processo reflexivo desencadeado por experiências vividas durante a realização de uma etnografia multilocal junto a mulheres em situação de rua. Tomada pela magnitude que é o encontro com pessoas durante o processo de imersão no campo de pesquisa, me vi querendo compartilhar – palavra esta que me parece central nas reflexões que seguirão, vivências deste processo que esbarram em questões de cunho ético e metodológico. Os desafios e questões relativos à realização de pesquisas em Ciências Humanas se expressam em diferentes dimensões e tempos: desde a escolha da pergunta e tema de pesquisa, as reflexões éticas que envolvem a entrada e o percurso no campo, até a criação de um produto final, seja ele voltado à instituição acadêmica ou não. Tais desafios ainda tocam nas tensões e compreensões existentes sobre o fazer científico, permeado por grande diversidade e complexidade.

Historicamente, especialmente no campo da Psicologia, a produção do conhecimento é marcada pela herança positivista, que nos ensina a distanciar, sermos objetivos e neutros, a nos ancorar no rigor do método científico, em oposição a tudo o que se aproxima da subjetividade, de relações e, se extrapolarmos um pouco, até mesmo da própria condição humana envolta em incertezas e estranhamentos. Não à toa, Canguilhem (1973) já questionava o que poderia ter levado os psicólogos a se converterem em instrumentos que tratam outros sujeitos como instrumentos. Imbuído no modo de fazer positivista, o rigor científico, supostamente assegurador da produção de um conhecimento verdadeiro, só

poderia ser alcançado através de uma prática mecânica, asséptica e a-histórica (Paiva, 2020; Saraiva, 2023).

Este modo de produção do conhecimento, por sua vez, legitima determinadas práticas de poder e dominação, especialmente em países como o Brasil, marcados pelo passado colonial que ainda produz efeitos concretos na vida cotidiana de sua população. As marcas do processo de colonização perduram em palavras, pensamentos, práticas e produções científicas, (re)produzindo padrões de opressão e desigualdades, de modo que na ciência hegemônica, androcêntrica e branca, se produz um saber específico sobre os seres humanos, expresso ainda de maneira peculiar, para encobrir e não para designar, favorecendo a manutenção da ordem vigente (Brutón, Solís, Sixtos, & Arellano, 2017).

Especificamente na história da Psicologia, Martín-Baró (1986) já denunciava o papel da disciplina enquanto um importante instrumento ideológico de dominação, responsável pela produção de ferramentas teórico-metodológicas que contribuíram fortemente para a manutenção do poder de setores dominantes, cujos projetos eram calcados em uma perspectiva colonizadora/dominadora. O autor é enfático ao afirmar que a Psicologia de sua época não se preocupava com as raízes dos problemas sociais, dedicando-se às elites e promovendo uma prática científica preocupada com o rigor do método, apenas.

O método científico seria, assim, o mecanismo garantidor da cientificidade de determinado conhecimento, o que implicaria assumir conceitos como os de objetividade e

neutralidade como parte indissociável de tal prática. Parece importante refletir, contudo, que falar de rigor científico nas pesquisas em Ciências Humanas, como a Psicologia, é falar também sobre compromisso ético. Montero (2001) afirma que as dimensões ética e política da investigação social não são meramente formais, mas sim intrínsecas ao processo, expressando-se no exercício do pesquisador em se questionar qual o lugar do outro (sujeito de pesquisa) na produção do conhecimento, qual a relação estabelecida com esse outro, bem como a quem se destina o conhecimento produzido. Investigações atuais produzidas no campo da Psicologia Social, especialmente no contexto Latino-Americano, têm assumido este compromisso, esforçando-se para a criação de uma práxis científica que não apenas propicie a descrição árida e descontextualizada acerca da realidade social dos sujeitos investigados, instituindo a participação e o diálogo como elementos centrais no processo de pesquisa (Paiva, 2023).

Nessa direção, refletir sobre práticas de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais significa falar sobre práticas humanas, relações e encontros. De modo geral, embora sejam caracterizadas por uma variedade de técnicas e referenciais, essas práticas se orientam pela preocupação com a densidade e a profundidade do que é produzido a partir do encontro do pesquisador com seus sujeitos de pesquisa. Interessa, ao pesquisador, compreender em profundidade os significados, relações, processos e expressões humanas, a partir de um trabalho artesanal e dialógico (Minayo & Guerreiro, 2014; Souza & Albuquerque, 2012). Especificamente no âmbito da Psicologia Social desenvolvida no contexto latinoamericano, na contramão da ciência hegemônica, busca-se a produção de um conhecimento crítico, que desvele as contradições sob as quais se produz a vida das pessoas e coletividades em determinada realidade social, através de métodos criativos e contextualizados.

Em concordância com Amorim (2002) e Souza e Albuquerque (2012), tomo este modo de fazer pesquisa em Psicologia Social

enquanto um acontecimento único e singular, um acontecimento de encontros: do pesquisador com seus sujeitos de pesquisa e do pesquisador com seu próprio texto, em um momento posterior de revivescência dos encontros produzidos no campo. Os encontros do pesquisador com os participantes da pesquisa implicam a construção de uma relação que o coloca em uma duplicidade de funções, atuando tanto como sujeito, quanto como objeto do conhecimento. Especificamente na etnografia, método de pesquisa qualitativo, essa duplicidade de funções acompanha o pesquisador durante todo o processo da pesquisa, sendo caracterizada pelo exercício da alteridade, por certo movimento dialógico de trocas de experiências, deslocamento do senso de familiaridade e negociações constantes, de modo que o resultado final seja produzido de maneira compartilhada (Geertz, 1989; Peirano, 2014).

Inclinada sobre este modo de fazer pesquisa, busco com este artigo provocar reflexões acerca de aspectos éticos e metodológicos relativos à pesquisa qualitativa em Psicologia Social, a partir da narrativa de algumas vivências oriundas de pesquisa realizada junto a mulheres em situação de rua. Trata-se de uma investigação cujo objetivo foi identificar e compreender os itinerários terapêuticos de mulheres em situação de rua, utilizando-se como estratégia metodológica a etnografia multilocal/multissituada. No decorrer do texto, pretendo explorar a complexidade do trabalho de campo, evidenciando as relações construídas durante o processo de investigação, as trocas, exigências e desafios que se apresentaram a mim durante esse percurso, traduzidos em questões éticas e metodológicas que permearam a vivência e a escrita da pesquisa. Por fim, resalto a importância destas reflexões para o planejamento e realização de investigações comunitárias no âmbito da Psicologia Social, que se pretendem compartilhadas, dialógicas e potencialmente transformadoras.

A construção da pesquisa: escolha metodológica e caracterização do campo

A população em situação de rua, compreendida como um produto dos modos de produção do sistema capitalista (MPC), tem sua realidade conformada em meio à pobreza extrema, sendo considerada os mais pobres entre os pobres. Ainda que este grupo populacional seja predominantemente masculino, as mulheres em situação de rua estão submetidas a uma série de opressões e desigualdades impostas por sua condição de gênero aliada à sua condição de estarem nas ruas, conformando um entrelaçamento que marca seus corpos e suas experiências nas ruas, permeadas por violações de direitos, especialmente no que se refere à sua saúde (Coldibeli, Paiva, & Batista, 2021).

Nesse sentido, as mulheres em situação de rua apresentam demandas específicas, mas que não são plenamente abarcadas pelas políticas públicas direcionadas ao grupo populacional do qual fazem parte, que não possuem regulamentações que incluam as mulheres. Pesquisas recentes apontam as dificuldades de acesso das mulheres à rede de serviços de saúde, nos quais ocorre tanto a negativa de atendimento, quanto exigências burocráticas que impossibilitam a sua ocorrência (Câmara, 2019; Santana, 2018; Valle, 2018), bem como a ineficácia desta rede em atender as demandas e especificidades das mulheres, ofertando um serviço desarticulado, muitas vezes contraditório e insensível às suas particularidades (Roso & Dos santos, 2017).

Este cenário fomentou as questões que nortearam a construção da pesquisa: Como as mulheres em situação de rua se relacionam com a saúde e com os serviços de saúde? Com qual frequência os procuram e como se sentem recebidas? A quais serviços e meios (formais e informais) elas endereçam suas demandas de saúde? Quais os efeitos das relações desiguais de gênero vigentes em nossa sociedade na saúde dessas mulheres? A partir de tais questionamentos, elegi o itinerário terapêutico como categoria de análise, objeto que, de acordo com a literatura antropológica, diz

respeito aos processos pelos quais os indivíduos escolhem, avaliam e permanecem ou não relacionados à determinadas formas de cuidado em saúde, abarcando os movimentos produzidos pelos indivíduos em busca desses cuidados (Alves & Souza, 1999). Refere-se, portanto, a um processo complexo, que envolve as possibilidades circunscritas ao contexto social no qual determinada escolha é realizada – incluídas aí serviços e recursos formais e informais -, bem como às redes de sociabilidade e cuidado tecidas pelos indivíduos, que incluem saberes, movimentos e acontecimentos próprios à sua experiência de vida (Merhy, 2014).

Como estratégia metodológica, realizei uma etnografia multilocal/multissituada (Marcus, 2001), modalidade que propõe extrapolar os limites da etnografia tradicional, ao investigar a circulação de significados, objetos e pessoas em espaços difusos. Trata-se de uma etnografia móvel, cujo objetivo é acompanhar as tramas, conexões e relações que se estabelecem entre os sujeitos ou grupos alvo da pesquisa, para além de suas produções situadas em um único contexto ou local. Em acordo com a etnografia clássica, busca-se construir significados e interpretações densos acerca dos sujeitos investigados, enfatizando as interconexões e dinâmicas estabelecidas pelos sujeitos, instituições e cultura em espaços difusos. Especificamente, realizei o que Marcus (2001) nomeia como “seguir as pessoas”, a estratégia mais convencional para se materializar uma etnografia multilocal. Na prática, significa que o pesquisador irá acompanhar os diferentes movimentos e caminhos percorridos por seus sujeitos de pesquisa, circulando pelos diferentes espaços e relações por eles habitados. Assumi que para identificar os itinerários terapêuticos construídos pelas mulheres em situação de rua que, enquanto objeto de pesquisa caracteriza-se como móvel e multiplamente situado, a melhor estratégia seria acompanhar essas mulheres em seus percursos de busca por cuidados em saúde.

Assim, o trabalho de campo foi construído em dois momentos: 1) O primeiro, caracterizado pela realização de observações

participantes no Fórum da População em situação de rua, no Consultório na Rua e na Casa de Passagem para mulheres¹; 2) O segundo, caracterizado pela realização da etnografia multilocal – foco do presente trabalho - junto a duas mulheres, negras e em situação de rua, que neste trabalho serão apresentadas como Ângela e Lélia, nomes fictícios pensados para assegurar o sigilo de suas identidades. Ambas frequentavam a Casa de Passagem, e eu as acompanhei tanto durante sua permanência na instituição, quanto nos diferentes trajetos pelos quais percorriam, os quais incluíam alguns serviços da rede de atenção à saúde psicossocial, bem como praças e ruas da cidade. Os dois momentos da pesquisa, que se entrecruzaram em certo ponto, totalizaram 15 meses de imersão no campo.

Desse modo, a construção do material de pesquisa se deu a partir das observações participantes e da realização do diário de campo, ambas técnicas que valorizam o caráter dialógico e contextual da investigação, favorecendo o contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, bem como o exercício da alteridade, a partir da vivência e relato das tensões, dificuldades, dúvidas e escolhas produzidas durante o processo de campo (Fernandes & Moreira, 2013). A pesquisa aconteceu em um município situado na região da Zona da Mata mineira, e o projeto ao qual ela se refere foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme parecer consubstanciado número 3.301.611.

Campo vivo: dos desafios de entrada aos encontros com as mulheres

Um dos primeiros desafios que encontrei ao me aproximar do campo de pesquisa diz respeito a uma das qualidades próprias à etnografia: a necessidade de se abrir ao diferente e se permitir ao estranhamento. O

autor Didier Fassin (2013), ao citar algumas competências do etnógrafo, enfatiza a capacidade de se surpreender com o que normalmente é tomado como garantido. De acordo com o autor, a curiosidade genuína, aliada à humildade e à abertura ao interlocutor, são competências fundamentais para a construção dessa postura. Quando optei por estudar mulheres em situação de rua, sabia que estava adentrando de uma nova maneira em um universo que, ao mesmo tempo que era novo e diferente, era também familiar e recorrente. Explico: era preciso desenvolver um novo olhar e, principalmente, desapegar de conceitos já formados por mim, com base em minhas experiências prévias com as pessoas em situação de rua, que foram pautadas principalmente pela lógica do assistencialismo, ou pelo desvio do olhar diante daquelas pessoas presentes nos meus trajetos cotidianos.

Timidamente, comecei a participar das reuniões do Fórum da População em Situação de Rua, que aconteciam na primeira segunda-feira de cada mês. Lembro-me do meu desconforto em estar participando de discussões das quais eu tinha pouquíssima familiaridade, ao mesmo tempo que me via ávida por informações e contatos com possíveis interlocutoras da pesquisa. Já nesse dia, ouvi uma mulher em situação de rua dizendo que a falta de informações dificultava o acesso delas aos serviços de saúde e fiquei empolgada com as possibilidades da pesquisa. Por outro lado, descobri também que o Consultório na Rua seria desativado por tempo indeterminado, pois passaria por uma troca de gestão.

Essa foi a primeira notícia que tive de que não seria eu a conduzir o meu campo, mas sim o contrário, o que considero mais um desafio imposto pelo mesmo – desafio este que me acompanharia durante todo o processo. Minha intenção original era acompanhar atividades com a equipe do Consultório na Rua para identificar demandas de saúde e conhecer as mulheres que por ele circulavam. Forçada a

¹ A Casa de Passagem para mulheres em situação de rua é um serviço de acolhimento institucional provisório, que possui vagas disponíveis para pernoite com direito à

jantar, banho e café da manhã. Além do serviço de acolhimento, conta com o serviço prestado por uma psicóloga e uma assistente social, além da presença do Consultório na Rua uma vez por semana.

mudar de estratégia, comecei a frequentar a Casa de Passagem para mulheres, após algumas reuniões e apresentações do projeto para a coordenação desse serviço. Inicialmente, ficou acordado que eu poderia frequentar a casa uma vez por semana, no dia em que a psicóloga desenvolvia uma atividade de filme com as mulheres. A etnografia não se faz sem a criação de vínculo entre o pesquisador e o participante e, ali, fiquei preocupada: como eu poderia criar vínculo com as mulheres, estando presente com elas apenas uma vez por semana em uma atividade que, a princípio, permitiria pouca interação?

Os desafios internos rapidamente começaram a aparecer: Sentia que era difícil permanecer muito tempo na Casa de Passagem. Apenas depois de três meses frequentando o espaço, comecei a me sentir um pouco mais confortável mas, ainda assim, continuava com a sensação de que não conseguia ficar muito tempo por lá. Sensação esta, que era reforçada pelos funcionários toda vez que eu pedia para abrirem as portas para eu ir embora, e eles diziam “*Já vai?*”. Alguns dias eu sentia que não conseguiria ouvir mais ninguém, nem perceber os detalhes que me seriam importantes. Em alguns momentos me sentia cobrada pela equipe da casa que, não sei se por curiosidade ou no intuito de saber como eu estava percebendo o espaço delas - que me foi cedido -, me perguntavam muito as minhas impressões, o que eu estava achando, e se estava gostando.

Apenas mais tarde viria a compreender, em consonância com a autora Veena Das (2020), que as relações construídas durante a vivência de uma etnografia são marcadas por intensidades diferentes, de modo que existirão aquelas relações que vão esbarrar em um limite do pesquisador, naquilo que lhe é possível sustentar. Ainda de acordo com a autora, a vivência de uma etnografia contraria o imperativo segundo o qual o pesquisador deve mostrar que domina alguma coisa, e o permite – talvez até mesmo exija - reconhecer até quão longe consegue caminhar, e se tem ou não condições de seguir em frente.

Na Casa de Passagem, à medida que os meses iam passando, fui percebendo a unicidade de cada momento: as semanas nunca eram iguais; não adiantava criar muitas expectativas e planos para a semana seguinte, pois, não havia garantia de que estariam lá as mesmas mulheres e que, se estivessem, teriam condições ou disposição para falar. Paradoxalmente, era como se toda semana fosse a mesma rotina se repetindo: as mulheres chegavam, aguardavam na área onde faziam as refeições para tomar o banho, jantavam e iam assistir televisão ou dormir. Uma vez ao mês havia a comemoração de aniversariantes do mês e, às segundas eram o dia que esperavam o Consultório na Rua. Enquanto pesquisadora, eu precisava me manter atenta e não me acostumar com essa rotina ou, ainda, reaprender o que pensava que sabia (Das, 2020).

Em um determinado momento da pesquisa, descubro que o Consultório na Rua havia voltado a funcionar e, após a apresentação do projeto à coordenadora e consentimento da equipe, começo também a acompanhá-los nos diversos locais pelos quais circulavam. Assim, minha presença junto ao Consultório na Rua e na Casa de Passagem permitiu que eu conhecesse as mulheres em situação de rua e escutasse suas histórias, permitindo também que eu comesse a construir minha relação com Ângela e Lélia.

O primeiro encontro com Ângela aconteceu em um evento de comemoração do dia Nacional da População em Situação de Rua, um evento aberto ao público em geral. A Casa de Passagem para mulheres tinha uma tenda de exposição, a fim de divulgar o seu trabalho e alguns artesanatos produzidos pelas mulheres que lá frequentavam. Uma dessas mulheres se destacava do grupo: era dançante, sorridente, usava um vestido de cetim azul claro, uma faixa do mesmo tom na cabeça, muitas pulseiras e maquiagem. Nós ainda não nos conhecíamos, mas - como viria a ser característico em nossa relação – Ângela me surpreende se posicionando ao meu lado e pedindo para tirar uma foto comigo. Ela não perguntou quem eu era, ou o que estava fazendo ali, e tampouco fez

questão de se apresentar. Ainda assim, começamos uma relação.

Relação esta que foi se estreitando nas semanas seguintes, em conversas despretensiosas na sala de televisão da Casa de Passagem. Foi durante uma dessas conversas, após três semanas em que nos encontrávamos na instituição, que Ângela novamente me surpreendeu: *“Eu quero participar da sua pesquisa. Você me conquistou. Como eu faço?”*. Confesso que não consegui esconder minha felicidade e alívio por ter conseguido essa parceria. Conversamos um pouco sobre a pesquisa, e percebo que era a terceira vez que eu precisava fazer isso, e fico me perguntando como poderia ser mais clara. Acredito ter me aproximado desse objetivo quando ouço Ângela me perguntar *“Mas você iria me acompanhar se eu fosse no CAPS, por exemplo?”*. E a partir dos acordos e combinados verbais que fizemos nesse dia, começamos a construir nossa relação.

Meu vínculo com Lélia também foi se construindo aos poucos, mediado por sua presença na Casa de Passagem e nos locais pelos quais o Consultório na Rua circulava. Lélia apresentava de maneira mais explícita questões relacionadas à sua saúde e, acredito, sua necessidade de ser ouvida e dar lugar estas questões foi o que produziu uma abertura à minha presença, marcada pela disponibilidade em estar junto a ela e, justamente, escutá-la. Inicialmente, Lélia buscava o Consultório na Rua para endereçar dúvidas, buscar algum medicamento ou resultado de exame, e conversava esporádica e brevemente comigo. Após algum tempo, passou a me convidar para conversar, havendo ou não a presença do Consultório na Rua.

Após quase três meses de encontros e conversas na Casa de Passagem, em um desses momentos nos quais Lélia me confiava questões preciosas e particulares de sua vida, ela menciona que teria uma consulta no CAPS ainda naquela semana e que participaria também de um grupo na mesma instituição. Nesse momento, ela me diz que gostaria de participar da minha pesquisa, e pergunta se eu

poderia acompanhá-la. Como de costume, fui pega de surpresa, preocupada com o caráter de seu pedido, mas confirmei que seria, sim, possível acompanhá-la. Iniciamos, assim, uma nova parceria.

O caráter gradual a partir do qual minha relação com Ângela e Lélia foi construída se deve, acredito, aos meus limites enquanto mulher e pesquisadora, bem como aos limites de cada uma delas enquanto sujeitos, que se expressavam em sua disponibilidade de compartilhar, ou não, seu tempo e histórias comigo. Uma preocupação que me acompanhou, principalmente no início do meu percurso no campo de pesquisa, foi a de como eu seria recebida pelas mulheres, se eu conseguiria me incluir e ser aceita, considerando nossas diferenças tão marcantes, social e fisicamente. Antes mesmo da definição do meu campo, fui alertada quanto a importância de adequar minhas vestimentas e modo de falar. Sempre me perguntei, por outro lado, se haveria outra forma de estar em campo, senão permeada por tudo aquilo que me constitui, e até que ponto uma relação pautada em tantos cuidados não criaria uma certa artificialidade. O pesquisador também é um sujeito historicamente marcado, sendo impossível considerá-lo neutro. Não só não é possível produzir um conhecimento neutro, descolado da posição social e valores de quem o produz, como também não é possível apagar as diferenças e qualidades humanas que constituem o pesquisador (Freire, 1999; Saraiva, 2023).

A esse respeito, as autoras Souza e Albuquerque (2012) ressaltam que o encontro do pesquisador com o sujeito da pesquisa é um processo vivo de produção de um conhecimento dialógico e alteritário, sendo a alteridade o âmago da relação entre os sujeitos, referindo-se exatamente ao movimento de estranhamento e pertencimento. Valorizar a alteridade no processo investigativo supõe admitir formas de conhecimento diferentes e, necessariamente dialógicas, de modo que as relações construídas são fundadas muito mais na aceitação da distinção, do que na

complementariedade ou semelhança entre os sujeitos (Montero, 2001).

Não demoraria muito para essas questões se materializarem nos diálogos junto às minhas interlocutoras. Em meu primeiro encontro com Ângela sou surpreendida por uma pergunta que, acredito, foi como um teste de sua parte para ela avaliar se eu poderia compartilhar com ela os seus dias. “*Você é do povo?*”, ela pergunta com ar genuíno de curiosidade e, antes que eu pudesse responder, ela mesmo fala “*você tem cara de que é do povo*”. O teste continua, e a caminho do restaurante popular, Ângela me pergunta “*Você tem certeza de que é isso que você quer? Trabalhar com isso? Não dá para voltar atrás, ficar com nojinho de encostar em uma pessoa em situação de rua*”. Após reafirmar meu desejo e perguntá-la se ela havia percebido algo assim em mim, ela diz novamente “*Não, você é do povo*”. Ainda que com tantas diferenças, algum semblante de semelhança foi possível aparecer a ela, permitindo uma abertura maior entre nós.

Em diversas ocasiões, contudo, não só Ângela, como Lélia e outras mulheres com as quais conversei, me apontavam como era de fato a partir da alteridade que nossa relação poderia ser construída. De Ângela, ouvi em tom jocoso, que eu era muito branca e precisava tomar sol, o que a fez me indicar praia e piscina em mais de uma ocasião, me colocando em uma posição de quem, de algum modo, precisava de cuidado. Ela também me disse que eu era “*muito magrinha*”, e a partir disso pôde falar sobre o seu corpo. Lélia, por sua vez, nunca perdia de vista meu papel de psicóloga, que parecia lhe assegurar confiança e certa credibilidade. Na Casa de Passagem, ouvi de outras mulheres com as quais conversei, que eu tinha um “*sorriso colgate*”, e que minha roupa era bonita, o que parece ter produzido uma abertura para que contassem sobre incômodos com seus próprios dentes, ou seus desejos de compra e gostos por determinados tipos de roupas. Desse modo, me tornei “*minha amiga*”, “*minha confidencial*”, “*minha particular*”, “*repórter*”, “*Lalão*” e “*minha psicóloga particular*”. A partir da diferença, minha

presença pôde ter um lugar e nossas relações foram tecidas. Fonseca (1999) relembra a metáfora do espelho como expressão do encontro entre pesquisador e sujeito da pesquisa, alertando para o fato de que o que está em cena não é um efeito narcísico no qual ambos os atores se fundem em um, mas justamente as diferenças, a alteridade entre os atores em relação, capaz de criar um espaço para o diálogo acontecer.

A duplicidade de funções assumida enquanto pesquisadora se expressava tanto em situações nas quais eu precisava compartilhar algo de mim, quanto naquelas nas quais eu precisava identificar se faria presença enquanto pesquisadora ou psicóloga. Qual seria a diferença entre esses papéis no campo? O compartilhamento de experiências constituía-se, assim, do que vivíamos juntas, mas também das trocas sobre vivências e histórias pessoais. Durante um dos trajetos percorridos junto a Ângela, após cruzarmos com um conhecido meu atravessando a rua, ela me pergunta quem ele era e diz tê-lo achado maravilhoso: “*Fiquei até sem ar! Muito bonito ele. Que olho maravilhoso. Só é muito branquelo. Não gosto muito*”. Ao tentar explorar o seu comentário, me envolvi em uma tarefa nada simples, pois percebi que não o conseguiria sem me expor de alguma maneira. Eu precisava falar de mim, para que ela também falasse dela e, nesse dia, ela me perguntou sobre namoro, planos de casamento e futuro. Questões que, há época, eu nem sei se sabia sobre mim. Souza e Albuquerque (2012) já diziam que a pesquisa institui um movimento no qual se abrir para o outro significa permanecer voltado para si, sendo necessário manter certa distância entre os sujeitos, ao mesmo tempo em que se mantém a presença do pesquisador, enquanto sujeito – sendo necessário compartilhar.

Lélia, por sua vez, me convocava muito frequentemente a assumir o papel de psicóloga. Em uma de nossas primeiras conversas, ela me relata situações muito delicadas chegando a afirmar que “*a vida é muito difícil, às vezes não tenho mais vontade de viver*”. Era evidente que Lélia precisava de ajuda profissional e, ainda assim, me senti dividida entre meu papel como

psicóloga e pesquisadora, sabendo que não era este último o que ela precisava. Me ofereci para chamar a psicóloga da Casa de Passagem, mas Lélia foi enfática ao dizer que queria conversar era comigo. Escolhi, então, qual papel eu adotaria e ofereci minha escuta que, afinal, era o que eu tinha. Percebi que, naquele momento, eu não conseguiria demarcar a diferença do meu lugar de pesquisadora, e o lugar que eu acreditava que ela estava pedindo para que eu ocupasse, mas, ao longo de nosso percurso, tentaria sempre enfatizar essa marcação, referenciando-a aos serviços apropriados.

Em outra ocasião, na qual a acompanhei em uma consulta no CAPSad, me preocupei quando, ainda na sala de espera, Lélia me recebe com um sorriso: *“Que bom que você veio. Só vim porque sabia que você viria”*, e me confia muito do que eu acreditava ser importante que os profissionais do serviço escutassem. Durante a consulta, contudo, Lélia muitas vezes acrescentava à sua fala *“como eu falei com ela; já até falei pra ela”*; *“né?”*, direcionando-se a mim como alguém que, de fato, estava *com* ela, o que pareceu permitir que ela ficasse mais à vontade. Após a consulta, enquanto caminhávamos para uma praça na qual Lélia passaria sua tarde, ela comenta que gostou muito de eu tê-la acompanhado, e que minha presença na consulta a fez se *“sentir cuidada. Como se fosse família, me dando mais segurança para falar”*. Acrescenta que eu poderia acompanhá-la na próxima consulta, e fala para eu não deixar de fazer meu relatório sobre a pesquisa.

Contudo, como em qualquer relação humana, não havia linearidade nos combinados acordados. No dia agendado para a próxima consulta de Lélia, vou até o CAPS e espero por ela um pouco mais de uma hora, mas ela não comparece. Volto para casa sem ter notícias dela e, apenas alguns dias depois, quando a encontro na Casa de Passagem, descubro que ela se atrasou muito para a consulta, porque precisou passar em um outro serviço para pegar um exame. Ela comenta que gostaria de ter me avisado, mas seu celular havia sido roubado, e ela não teve como fazê-lo. Neste dia em que nos

encontramos conversamos pouco, pois Lélia disse estar muito cansada.

Inesperadamente, no dia seguinte recebo uma mensagem de Lélia dizendo que ela teria uma consulta naquele mesmo dia, pela manhã. Me desdobro para conseguir acompanhá-la e, quando estava chegando no CAPS, ela me informa que não iria mais à consulta. Decido, então, arriscar e procurá-la na praça onde ela costumava ficar durante o dia. Chegando no local, avisto Lélia, que estava sentada em um banco com mais duas mulheres, e rodeada por muitas outras. Me aproximo dela, e ela demonstra surpresa ao me ver, mas sorri, me cumprimenta, e convida para ficar com ela.

Com Ângela o caráter imprevisível e vivo do campo também se fazia valer. Já em nosso primeiro encontro, chego na praça onde havíamos combinado e não a vejo em lugar algum. Após esperar cerca de uma hora, decido ir até o Centro Pop, local que ela dizia passar a maior parte de seu tempo, e lá estava ela, sentada em uma mesa redonda, folheando uma revista enquanto conversava com outras pessoas. Era mesmo Ângela quem ditava o ritmo da pesquisa, e a cada encontro isso viria se reforçar: iríamos do Sopão ao Centro Pop; do restaurante popular às praças onde frequentava; das praças à Casa de Passagem ou ao Pequenininos; da Casa de Passagem ao local onde ela dormiria. Ângela ditava os caminhos e os limites, encerrando nossos encontros ou mesmo dizendo que estava cansada e não gostaria de conversar. Ouvei em diferentes ocasiões que ela estava *“com a cabeça cheia, turbulenta, com muita coisa acontecendo”*, ou *“cansada, com muita coisa na cabeça”*. As ruas da cidade também compunham esse cenário, impondo um certo ritmo. Muitas vezes eram movimentadas, com muitos estímulos sonoros de todos os lados: carros, ônibus, pessoas falando ao celular, e eventuais músicas vindas de algumas casas. Além disso, Ângela tinha um jeito próprio de falar, sempre diminuindo o tom ao final das frases e construindo as sentenças de uma forma peculiar: às vezes eu entendia as palavras, mas não conseguia atribuir sentido às frases.

Considero como uma das expressões mais significativas do caráter dinâmico e dialógico da pesquisa a tentativa de realização de uma entrevista junto à Ângela. Certa ocasião, ao encontrá-la na Casa de Passagem, ela me informa que estava de mudança para o estado Rio de Janeiro, e me diz “*Ó Lalão, estou enrolada com o tempo, temos que finalizar isso aqui*”, referindo-se à pesquisa. Pensei, então, que seria interessante fazer uma “entrevista final”, na qual eu poderia fazer algumas perguntas mais específicas em relação ao meu interesse de pesquisa e funcionaria, ao mesmo tempo, como um símbolo de que nossa parceria havia chegado ao fim. Eu tinha um roteiro de entrevista pronto, que eu havia feito logo quando iniciei o campo, e pensei em adaptá-lo a partir do que eu já conhecia sobre Ângela. Assim o fiz, e combinamos de nos encontrar na Casa de Passagem para fazer a entrevista, à escolha de Ângela. Tentei convencê-la de fazermos em outro local, pois tinha a esperança de poder acompanhá-la uma última vez, onde quer que fosse, mas não consegui. Ela dizia sempre que estava muito atarefada, não tinha tempo, e só daria na Casa de Passagem mesmo.

No dia combinado, Ângela estava com um vestido de onça, cabelos arrumados, e muito animada ensaiando uma música do Kid Abelha que ela cantaria em um evento de encerramento do ano na Casa de Passagem. Ela me recebeu dizendo “*Olha quem chegou! Lalão ta aí!*”, e depois do jantar nos sentamos para fazer a entrevista que, dentre todos os diálogos e interações que tivemos, se concretizou como o menos proveitoso e mais desconfortável para ambas. Não sei se pela “formalidade” que envolvia o encontro, ou se já nos conhecíamos há um tempo e ela achava que já havia contado o que considerava importante, ou se já estava cansada e com vontade de terminar sua participação na pesquisa, mas o fato é que precisei fazer muitas perguntas, às vezes repeti-las, bem como repetir as respostas que ela dava, na tentativa de que ela complementasse as mesmas. A conversa não fluiu.

Início perguntando à Ângela sobre como foi o período em que a acompanhei,

retomo os locais que fomos juntas, tento explorar sua rotina dos últimos dias, dificuldades encontradas no seu dia-a-dia, e questões relacionadas à sua saúde. Sua resposta referente à participação na pesquisa já indicava sua entrega e insinuava que, para ela, sua parte estava feita: “*Foi legal uai, gostei. Gostei de falar as coisas da minha vida, minha intimidade. Gostei (...) Tanto que eu abri a minha pessoa, o meu coração pra falar as minhas coisas pra você*”. Talvez por isso suas respostas seguintes tenham sido mais curtas, diretas, sem muito aprofundamento. E neste mesmo ritmo é Ângela quem encerra a “entrevista”: “*Agora já deu, né? Tem mais pergunta não né?*”

O compromisso ético: das negociações à escrita

Na base do ato de conhecer está sempre o ser humano, já que em toda concepção do que fazer científico há também uma concepção do outro, de modo que o campo ético se configura como uma dimensão fundamental de toda pesquisa (Montero, 2001). Neste âmbito, muito se questiona e se produz sobre a pertinência e significado relativos à aplicação do Registro do Consentimento e do Assentimento (RCA), o anterior Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no campo das Ciências Humanas. Até o ano de 2016, as orientações e procedimentos éticos para pesquisas neste âmbito eram determinadas pela Resolução nº 466/2012 que, contudo, impunha uma série de barreiras para a aprovação de projetos nos Comitês de Ética em Pesquisa, por se basear em uma definição restrita de ciência, essencialmente de cunho biomédico. A posterior Resolução nº 510 de 2016 é considerada a materialização de anos de trabalho e mobilização de profissionais e pesquisadores, e visa determinar procedimentos éticos específicos para pesquisas com seres humanos que utilizam abordagens das Ciências Humanas e Sociais (Guerriero & Minayo, 2019). Assim, de acordo com a Resolução nº 510/2016, considera-se

pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais:

Aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades que envolvam intervenção.

Para além desta definição, uma das alterações implementadas pela nova normativa refere-se ao processo de consentimento e assentimento livre e esclarecido. A resolução substitui a palavra “termo” pela palavra “registro”, explicitando que há diferenças e especificidades nas pesquisas em ciências humanas e sociais. Pra além da terminologia em si, que marca uma importante diferença, a definição e possibilidades de implementação deste procedimento ético se expandiram de maneira a contemplar mais amplamente os diferentes cenários e sujeitos investigados neste campo de atuação. De acordo com a resolução nº 510/2016:

O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

Esta abertura em relação à forma de obtenção do consentimento e do assentimento é especialmente relevante para a realização de pesquisas que se utilizam de metodologias participativas e dialógicas, como a narrada neste trabalho. Alguns autores alertam para o cuidado relativo ao movimento de assinatura do registro de assentimento que, a depender do manejo, pode acabar estruturando a relação entre pesquisador e interlocutor, estabelecendo certa hierarquia e limitando as possibilidades de mudança nos caminhos a serem percorridos.

A relação dialógica compreendida enquanto processo, seria incapaz de ser compactuada mediante um contrato pré-assinado em um primeiro encontro (Langdon, Maluf, & Tornquist, 2007). Na mesma direção, Souza e Carvalho (2016) questionam se o consentimento não deveria ser tratado como uma questão que atravessa toda a relação da pesquisa, e apostam em um fazer que inclua o outro, verificando a sua disponibilidade em participar efetivamente de todo o processo, discutindo os impactos do seu discurso.

Ainda para Langdon, Maluf e Tornquist, (2007), o método etnográfico já incluiria, pelo seu próprio fazer que abarca a negociação e diálogo constante, uma forma de consentimento, não formalizado na escrita, mas presente como condição para a realização de qualquer pesquisa de campo. Nessa lógica, o consentimento e assentimento constitui-se em um processo de contínua interação entre o pesquisador e os pesquisados. Lógica esta que atualmente é contemplada pela Resolução nº 510/2016, que traz o processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido associado ao estabelecimento da relação de confiança entre pesquisador e participante, à abertura ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante. Fica a questão, todavia, sobre como implementar este processo na prática cotidiana da pesquisa. Haveria uma maneira de assegurar este compromisso ético?

Considero que em meu percurso, meu compromisso ético com as mulheres que compartilharam um pouco de sua história comigo se expressava em cada escolha de palavras e gestos de minha parte e, posteriormente, na transformação de suas vozes em escrita. Durante o campo, eu não tinha meios de prever quando uma conversa traria elementos importantes para a análise posterior, e tampouco quem estaria envolvida nas situações que eu observava, o que tornava um pouco inviável a assinatura do Registro de Consentimento e Assentimento por parte

daqueles que compunham as cenas que eu presenciava. Enquanto instituições, a Casa de Passagem e o Consultório na Rua permitiram e aprovaram minha pesquisa, de forma que seus profissionais estavam cientes de meu papel e, sempre que necessário, eu o reforçava.

Com Ângela e Lélia, talvez na contramão dessa discussão e evidenciando – como tantas outras vezes – que o campo é vivo e as relações construídas ditam os caminhos a serem trilhados, além dessa postura, houve um momento de assinatura do registro. Em minha tentativa de realizar todo o processo de pesquisa de acordo com as normas que o regiam, mencionei às duas sobre o documento, explicando seus objetivos, e ambas fizeram questão de lê-lo, assiná-lo e guardá-lo junto aos seus pertences. Foi uma grande quebra de expectativa, já que permeada por discussões como a aqui descrita, já me preparava para meios alternativos de consentimento, considerando inclusive a hipótese de minhas interlocutoras serem analfabetas. Não foi o caso.

O que de fato significou tal assinatura para elas eu não tenho como dizer, mas posso afirmar que para ambas não foi este evento que as colocou em uma relação comigo e em participação na pesquisa, pois isso se deu antes, em nossas conversas que manifestavam que, de alguma forma, elas compreenderam que suas falas e experiências eram importantes e que eu precisava/desejava apreendê-las, o que ficava evidente em alguns diálogos que vivenciamos. Certa ocasião, enquanto caminhávamos do Sópão em direção ao Centro Pop, Ângela me surpreende perguntando “*Você não vai escrever as coisas que eu te falo? Como você vai lembrar de tudo se não está gravando?*”. Acho graça de sua questão, e penso, na direção das discussões aqui mencionadas, que ela estava certa em querer saber como o que estou observando será reproduzido. Após minha explicação, ela diz que poderíamos sentar algum dia e eu poderia gravar o que eu quisesse pelo meu celular, pois ela ia falar tudo, sua vida era “*um livro aberto*”. Abertura que se manteve presente para mim, reafirmada quando escuto, em outro encontro: “*porque somos*

amigas eu vou te contar. Você quer gravar? Pode gravar tudo”. Também de Lélia escutei em diferentes ocasiões, “*Está conseguindo fazer relatórios da pesquisa direitinho?*”, “*não deixa de fazer o seu relatório*”. Elas estavam na pesquisa!

O registro escrito das experiências compartilhadas durante o processo de campo, além de configurar-se como uma prática comum neste tipo de pesquisa, configura-se também como uma prática de extrema relevância e delicadeza, na medida em que expressa o compromisso ético do pesquisador que venho delineando. Malinowski, o pesquisador responsável por implementar as bases da observação participante no trabalho de campo antropológico, já apontava, entre outras, a importância de se anotarem as observações em um diário de campo, e de se prestar atenção tanto às situações esperadas, quanto inesperadas do processo de etnografia (Fernandes & Moreira, 2013). O diário de campo constitui-se como a ferramenta que permitirá ao eventual leitor, ao ler o relato da pesquisa, a adentrar no cotidiano do pesquisador, deparando-se com as dificuldades, dúvidas e escolhas metodológicas que o mesmo precisou realizar ao longo do trabalho etnográfico (Vieira, 2002).

Assim, o diário de campo é o instrumento a partir do qual o pesquisador registra suas impressões sobre o cotidiano dos sujeitos alvo da pesquisa, permitindo recuperar acontecimentos passados, bem como atentar para novos aspectos a serem observados. Ele favorece o registro das diferentes vivências do campo com toda a sua variabilidade, e serve de sinalizador para o pesquisador que, muitas vezes, deve refazer percursos, aprofundar pontos da pesquisa ou até mesmo mudar a direção da investigação (Vieira, 2002). Em concordância com os princípios metodológicos da investigação aqui narrada, que se pretendeu compartilhada, o diário de campo configurou-se como um espaço de registro das tensões, incoerências, afetos e estranhamentos vivenciados nas relações construídas durante o processo de campo, buscando evidenciar, em

acordo com Geertz (1989), ter atravessado e ter sido atravessada pelos sujeitos da pesquisa.

Este modo de se posicionar diante da escrita traduz-se em uma postura ética desejável inclusive na escrita do trabalho final, que é derivado deste processo de campo. Amorim (2002) pontua que o acontecimento de encontro entre pesquisador e sujeito não pode ser reproduzido tal como ele se produziu na situação de campo, mas que é exatamente no trabalho de escrita, enquanto uma nova cena, que há a possibilidade de aproximação desta reprodução. A escrita da pesquisa não se reduz, assim, a uma simples transcrição das vivências em situação de campo. Souza e Carvalho (2016) ao defenderem uma escrita compartilhada, a caracterizam como polifônica, devendo exaltar as cenas dialógicas que se produziram no percurso de campo, bem como os conflitos e desencaixes. De acordo com as autoras, é “através da alteridade que é possível fazer falar o interlocutor da pesquisa no texto – o que não corresponde a dar a voz, mas a dar espaço para a voz – naquilo que ele enuncia a partir do seu lugar” (p.105).

À guisa de conclusão: considerações sobre a pesquisa como experiência compartilhada no campo da Psicologia Social

Na tentativa de produzir um conhecimento na contramão da ciência hegemônica, de base positivista e a-histórica, a Psicologia Social, especialmente no contexto Latino-americano como o brasileiro, se dedica à realização de um fazer científico subversivo (Fals-Borda, 2014) e crítico (Martín-Baró, 1986), a partir de uma epistemologia da relação (Montero, 2001). O que significa produzir um conhecimento calcado na realidade dos sujeitos e grupos sociais aos quais as investigações se destinam, a partir de uma práxis fundamentada nas relações, reconhecendo o caráter humano inerente ao processo de pesquisa. Como tal, o fazer científico se caracteriza como o ato de conhecer a partir de relações, o que não significa perder de vista as singularidades e individualidades dos sujeitos envolvidos mas, ao contrário, considerá-las em cena como

objeto de trabalho, já que somos *em* relação, condição esta capaz de modificar e criar acontecimentos na vida.

Os autores Saraiva, Pessoa e Mantovani (2023) apostam no caráter “vulnerável” do método científico como aquele que, se aplicado, é capaz de produzir um saber no qual os sujeitos da pesquisa podem falar por si, e o sistema dominante pode ser questionado. Assumir a vulnerabilidade das metodologias significa, assim, reconhecer e valorizar o caráter humano e relacional inerente à feitura das pesquisas, e favorecer práticas de investigação criativas e éticas, ancoradas em posicionamento, politização e diferenças tão diversificadas quanto as pessoas que constroem, habitam e conferem sentido ao mundo.

Nessa direção, tomar a pesquisa como uma experiência compartilhada é tomá-la nas dimensões ética, política, dialógica, humana e relacional acima pontuadas. Este modo de produção do conhecimento não só rompe de vez com a pretensa neutralidade em torno do saber científico, como favorece a construção de um saber que inclui a/o pesquisador - em relação aos seus interlocutores. Fazer este que supera a divisão muitas vezes rígida entre aquele que sabe e produz verdades, e aquele que é “falado”, que é inferior e passivo. Inclui o outro e sua realidade como protagonistas, considerando que é apenas a partir dessa realidade que é possível construir um conhecimento transformador.

Na pesquisa aqui relatada, foi possível perceber que a realidade das mulheres em situação de rua demonstra exatamente a necessidade de se empreender análises contextualizadas, e que consideram as particularidades históricas existentes em cada cenário social nos quais elas constroem suas vidas. As suas histórias expressam o entrelaçamento entre as questões que permeiam o gênero, a pobreza, o racismo, a violência, a saúde e as instituições de cuidado, de modo que esta trama de relações precisa ser incorporada às políticas públicas direcionadas a este grupo social. Esta realidade parece colocar um grande

desafio a estes serviços, bem como aos profissionais que neles atuam, na medida em que, de algum modo, toda essa complexidade deveria ser abarcada na formulação das propostas de cuidado ofertadas a estas mulheres.

Ainda que permeadas por tais desafios, torna-se possível pensar em algumas direções práticas para o trabalho da/o pesquisador no campo da Psicologia Social, visando a realização de uma pesquisa compartilhada, vulnerável e relacional, como discutida no presente trabalho. Inicialmente, sugere-se ao pesquisador o exercício constante da reflexividade durante a pesquisa de campo, questionando-se como vivencia, interpreta e descreve suas experiências junto aos sujeitos de pesquisa, através de perguntas colocadas a si mesmo: O que/De que forma minha presença afeta meus interlocutores? O que escuto de suas narrativas? Quais histórias estou lhes permitindo contar? A segunda direção passa pela valorização do diário de campo como ferramenta essencial de trabalho, inclusive para a elaboração das perguntas acima sugeridas. Nesse sentido, o diário deve se configurar como espaço privilegiado de construção de um trabalho sobre si – sujeito pesquisador – bem como dos interlocutores, cenas e diálogos da pesquisa. Por fim, é importante considerar que o texto final da pesquisa é também parte da

pesquisa em movimento, de modo que responder algumas questões durante o processo de escrita pode ser de grande valia: Como estou narrando meus interlocutores? O que estou preservando (ou não) durante a minha escrita? De que forma esse trabalho será recebido pelos meus interlocutores? Estas direções podem configurar-se não só como norteadoras de uma postura ética, como também da valorização do caráter relacional do processo de pesquisa.

Correndo o risco de uma certa ousadia, acredito que as reflexões aqui compartilhadas podem sinalizar uma direção de trabalho tanto na pesquisa, quanto nas políticas públicas, que passa pela construção conjunta de estratégias de intervenção e de cuidado, respectivamente. Assim como a pesquisa que se pretende compartilhada deve ser pautada no diálogo, na escuta sensível e profunda, sendo construída muito mais “com” do que “para” os sujeitos, também nos serviços essa parece ser uma importante aposta de trabalho. Há de se apostar no potencial transformador desta práxis científica como um caminho para a construção de saberes menos “cientificamente verdadeiros” e mais “relacionalmente reais”, capazes de promover a transformação de realidades e a criação de modos de existências tão múltiplos e criativos quanto os sujeitos que as habitam.

Referências

- Alves, P. C., & Souza, I. M. (1999). Escolha e avaliação de tratamento para problemas de saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico. In: Rabelo, M. C.; Alves, P. C. B. & Souza, I. M. A. (Org.). *Experiência de doença e narrativa*, (pp. 125-138). Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ.
- Amorim, M. (2002). Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. *Cadernos de Pesquisa*, 116,7-19. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JT94p9qQ37C/PdP8b7sQ9vmJ/?format=pdf&lang=pt>
- Brutón, M. A. G., Solís, F. G., Sixtos, S. B., & Arellano, M. C. (2017). Saberes despojados y despertar político de las mujeres en Latinoamérica: una revisión feminista de los paradigmas científicos, del patriarcado y del capitalismo. In: Pavón-Cuéllar, D. (Org.). *Capitalismo y psicología crítica en Latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes*, (pp. 197-223). Ciudad de México: Kanankil
- Câmara, A. E. (2019). *Os modos de vida das mulheres em situação de rua em Maracanã* (Dissertação de Mestrado em Psicologia).

- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE.
- Canguilhem, G. (1973). O que é a psicologia? *Tempo Brasileiro*, 30 (31), 104-123.
- Coldibeli, L. P., Paiva, F. S., & Batista, C. B. (2021). Gênero, pobreza e saúde: revisão sistemática sobre a saúde de mulheres em situação de rua. *Textos & Contextos*, 20(1), 1-14. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.38015>
- Das, V. (2020). *Textures of the Ordinary: Doing Anthropology after Wittgenstein* (1a. ed.). New York, NY: Fordham University Press.
- Fals-Borda, O. (2014). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana.
- Fassin, D. (2013). *Enforcing Order: An Ethnography of Urban Policing*. Cambridge, EN: Polity Press.
- Fernandes, F. M. B., & Moreira, M. R. (2013). Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23(2), 511-529. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000200010>
- Fonseca, C. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, 10, 58-78. Recuperado de <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a05.pdf>
- Freire, P. (1999). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante*. Tatuapé, SP: Editora Brasiliense.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Guerriero, I. C. Z., & Minayo, M. C. (2019). A aprovação da Resolução CNS nº510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde Sociedade*, 28(4), 299-310. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190232>
- Langdon, E. J., Maluf, S., & Tornquist, C. S. (2007). Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. Recuperado de: <https://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/Eticanapesquisa.pdf>
- Marcus, G. E. (2001). Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, 11(22), 111-127. <https://www.redalyc.org/pdf/747/74702209.pdf>
- Martín-Baró, I. (1986). Hacia una Psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231.
- Merhy, E. E. et al. (2014). Redes Vivas: Multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. *Divulgação em Saúde para Debate*, 52, 153-164.
- Minayo, M. C. S., & Guerriero, I. C. Z. (2014). Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 1103-1112. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>
- Montero, M. (2001). Ética y Política en Psicología: las dimensiones no reconocidas. *Athenea Digital*, 0, 1-10. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/537/53700001.pdf>
- Paiva, F. S. (2020). Pesquisar como um ato de rebeldia: um convite ao que fazer em Psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 20(223), 01-12. Recuperado de

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54632>

<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3379>

- Paiva, F. S. (2023). Notas sobre a psicologia na América Latina: epistemologia e transformação social. In: Svartman, B. P. & Massola, G. M. (org.). *Comunidade, território e enraizamento: diálogos entre a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Ambiental Latino-Americanas*, (pp.39-54). Curitiba, PR: CRV.
- Peirano, M. (2014). Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 377-391. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>
- Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012.* Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Resolução no 510, de 7 de abril de 2016.* Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Roso, A., & Dos Santos, V. B. (2017). Saúde e relações de gênero: notas de um diário de campo sobre vivência de rua. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 283-299.
- Santana, T. (2018). *Mulheres em situação de rua e o acesso à saúde na cidade de Salvador* (Dissertação de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos). Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- Saraiva, L. A. S. (2023). Sobre metodologias vulneráveis. In: Saraiva, L. A. S., Pessoa, S. C., & Mantovani, C. M. C. A. (orgs.). *Metodologias vulneráveis* (pp. 19-45). Cachoeirinha, RS/Brasil: Editora Fi.
- Souza, S. J., & Albuquerque, E. D. P. (2012). A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana /Research in human sciences: a Bakhtinian reader. *Bakhtiniana*, 7(2): 109-122. <https://doi.org/10.1590/S2176-45732012000200008>
- Souza, S. J., & Carvalho, C. S. (2016). Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 98 – 112. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.61385>
- Valle, F. A. A. L. (2018). *Saúde como direito: o acesso da população em situação de rua ao Sistema Único de Saúde* (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG.
- Vieira, J. A. (2002). O uso do diário em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 5, 93-104.

Dados sobre os autores(as):

- *Larissa Pimenta Coldibeli*: Mestre em Processos Psicossociais em Saúde (UFJF). Residência em Psicologia (UFJF). Psicóloga (UFJF). Pesquisadora do Núcleo sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID).
- *Fernando Santana de Paiva*: Doutor em Psicologia (UFMG). Mestre em Saúde Coletiva (UFJF). Docente do departamento de Psicologia (UFJF). Coordenador e pesquisador do Núcleo sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID).

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
